

Governo busca saída para consignado a aposentados

SISTEMA FINANCEIRO

Consignado se torna impasse no governo

Após BB e Caixa suspenderem empréstimo a aposentados e pensionistas, ministros vão debater saída na próxima semana

FERNANDA STRICKLAND

A redução do teto dos juros de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas se tornou um problema para o governo federal. Ontem, dois bancos oficiais, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal, se juntaram a outras instituições financeiras e também suspenderam a oferta desse tipo de crédito a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Diante da suspensão para aposentados e pensionistas do INSS pelos bancos, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, chamou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e da Previdência Social, Carlos Lupi, para uma reunião, na segunda-feira, a fim de discutir uma saída para o impasse.

A reação dos bancos ocorreu um dia após a publicação de uma resolução do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPIS) no Diário Oficial da União. Na quarta-feira, os conselheiros aprovaram proposta do ministro Carlos Lupi, que reduziu o teto dos juros do consignado para os beneficiários do INSS de 2,14% ao mês para 1,70%.

No dia seguinte, bancos privados anunciaram a suspensão das linhas. Ontem, foi a vez dos bancos públicos, o BB e a Caixa, sob a argumentação de que no patamar de 1,70% ao mês perderiam a rentabilidade do produto. Em nota, a Caixa informou que suspendeu a linha porque o novo teto de juros é mais baixo do que o cobrado pelo banco. "Com a mudança, a Caixa esclarece que a linha está suspensa e informa que sua disponibilidade está condicionada à finalização dos estudos técnicos de viabilidade econômico-financeira e operacional, já em andamento, com vistas a garantir a adequação das concessões aos novos dispositivos normativos", disse a nota da Caixa.

O BB informou que deu início a estudos de viabilidade técnica sobre as novas condições do crédito consignado aos beneficiários do INSS. Deixou em aberto a possibilidade de retornar a operação.

Contrária ao teto imposto pelo governo, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou, em nota, que os patamares de juros fixados precisam ser compatíveis com a estrutura

de custos do produto. "Os novos tetos têm elevado risco de reduzir a oferta do crédito consignado, levando um público, carente de opções de crédito acessível, a produtos que possuem em sua estrutura taxas mais caras (produtos sem garantias), pois uma parte considerável já está negativada", esclareceu.

"Do total de tomadores do consignado do INSS, 42% desse público são pessoas negativadas em biros de crédito, sendo que, praticamente, são as únicas linhas acessíveis a esse público mais vulnerável", alegou a Febraban.

Oferta e demanda

Para o economista-chefe da Gladus Research, Benito Sallomão, reduzir na canetada a taxa de juros sobre qualquer modalidade de crédito é um desserviço. "Juros é um preço e como tal deve ser guiado pelo mercado. A oferta e demanda por recursos", argumentou. "Se o Ministério da Previdência pretende levar a sério o tabelamento de juros para o crédito consignado, dois efeitos são esperados: primeiro, a redução da oferta desta modalidade de crédito pelos bancos. Segundo, o repasse das perdas dos bancos com tais juros menores no consignado para outras modalidades de crédito como cartões de crédito, ou cheque especial", explicou.

O economista Fábio Tadeu Araújo chamou a atenção para o caráter intempestivo da decisão. "A ponto de o próprio governo não estar sabendo disso, a área econômica do governo não foi consultada", pontuou. "Por ser um crédito realmente sem risco, eventualmente, existe margem para reduzir, porque o custo de captação é muito baixo nesse caso. Mas há custos administrativos e financeiros das unidades bancárias também", ponderou. Araújo defende outro direcionamento para a questão. "O ideal seria fazer uma reunião extraordinária do Conselho da Previdência para, assim, avaliar, junto aos bancos, qual é a taxa mínima possível de ser oferecida hoje aos aposentados e pensionistas, contribuindo para a retomada do crédito e também, eventualmente, um esforço de redução do nível de endividamento da sociedade brasileira", avaliou.



Agência do BB: instituição oficial encomendou novos estudos para a viabilidade do crédito consignado

9 milhões sem trabalho

MICHELLE PORTELA

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 8,4% no trimestre encerrado em janeiro. O resultado mostra estabilidade se comparado ao período anterior, entre agosto e outubro, quando a taxa atingiu 8,3%. Desde 2015, é o menor percentual para o trimestre de novembro a janeiro. Já em relação ao mesmo período do ano anterior, houve recuo de 2,9 pontos percentuais. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A quantidade de desempregados no trimestre de novembro a janeiro somou 9 milhões de brasileiros, repetindo os números do período terminado em outubro. Na comparação anual, porém, totalizou 3 milhões de desocupados a menos. A coordenadora da Pnad Continua, Adriana Beringui, acredita que a taxa estável ainda reflete menos busca por emprego. "Essa estabilidade seria uma repercussão da redução da procura por trabalho nos meses de novembro e dezembro de 2022 sobre o início de 2023", apontou.

O nível de ocupação, estimado em 56,7%, com 98,6 milhões de pessoas ocupadas, registrou redução de 1,0% (menos 1 milhão de pessoas) ante o trimestre anterior e alta de 3,4% (mais 3,2 milhões) no ano. "A taxa só não expandiu agora porque a pressão sobre o mercado de trabalho foi de estabilidade. No que dependesse da ocupação, o movimento seria de aumento nesse índice", informou o IBGE.

Para o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IUPERJ) Rodolfo Tobler, a estabilidade na geração de empregos com carteira assinada está em fase de des-escalada após a retomada com a reabertura dos serviços pós-pandemia.

"Essa estabilidade apresenta um viés negativo. O ano de 2022 foi muito positivo, mas no final a economia perde força. O que vai ditar o ritmo é a atividade econômica", avaliou.

Tira-dúvidas



O que é o crédito consignado?

Nesta modalidade, o banco libera um montante de recursos para o contratante, com a valor das parcelas descontado do contracheque ou da conta corrente. Em outras palavras, o banco retira automaticamente uma parte do salário ou da aposentadoria do contratante. Por essa razão, o crédito consignado é direcionado a servidores públicos, trabalhadores de carteira assinada, aposentados e pensionistas.



Como são os juros deste tipo de crédito?

Os juros são menores do que em um empréstimo "tradicional", porque as instituições assumem um risco menor. Se a parcela é descontada do salário, as chances de atraso no pagamento ou de calote diminuem.



Com o novo teto de juros, é possível renegociar com o banco os juros e prestações mais baixas?

Os consumidores podem negociar a reestruturação dos valores das prestações com bancos ou instituições financeiras. Se não houver acordo ou o consumidor se sentir lesado, há a possibilidade de recorrer ao Procon ou ao Judiciário.



Com os empréstimos suspensos pelos bancos, como conseguir crédito na praça?

Os consumidores de crédito são mais caros. Especialistas recomendam buscar empréstimos que têm garantia real, ou seja, que usam um bem, como imóvel, como garantia para proporcionar um juro menor.

Fonte: Banco BV



Servidores formam consenso sobre reajuste

FERNANDA STRICKLAND  
TAINÁ ANDRADE

Entidades representantes dos servidores públicos anunciaram ontem que, por unanimidade, aprovaram a proposta de reajuste salarial de 9% apresentada pelo governo. De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a medida é válida somente para funcionários da ativa, aposentados e pensionistas. Ela valerá a partir de

1º de maio. O acordo foi aceito por servidores da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsf/Fenadsef) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Em reunião realizada ontem, a Condsf, que reúne praticamente 80% da representatividade da categoria, validou a proposta do governo. Mas ressaltou a necessidade de a União solucionar a defasagem no valor do vale-alimentação.

"Sabemos que, para combater os efeitos do desmonte sofrido pelos serviços públicos e sentido pelos servidores, especialmente nos últimos anos, será necessária muita mobilização, muito debate e também muita luta, por isso, já começamos a trilhar esse caminho desde já", destacou o secretário-geral da Condsf/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. No acatamento dos quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro (PL), os servidores perderam

o equivalente a 27% na remuneração — foi a primeira vez que isso ocorreu em 20 anos. "Uma conquista" O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, declarou também que o reajuste será aprovado por todos os sindicatos e associações ligadas ao Fórum. "Ainda faltam as assembleias do Sindicato Nacional dos Servidores da CVM (SindCVM), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho

(Sinait), União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelig) e do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindicato Nacional). Entretanto, sabemos que todos vão aceitar a proposta", disse. "De fato foi uma conquista. E depois de 6 anos e 2 meses sem recomposição, ainda que não seja o acordo ideal, ninguém vai rasgar dinheiro", afirmou. A partir de agora, o foco será no Congresso Nacional. Para validar a proposta aprovada, o

governo se comprometeu a enviar um projeto de lei para corrigir a Lei Orçamentária Anual (LOA 2023). Somente assim poderá partir para o reajuste eleitoral na folha de pagamento. "Com a alteração da LOA 2023, será possível garantir a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei que tratará do reajuste salarial, considerando os limites orçamentários e jurídicos", destacou a pasta em ofício encaminhado às entidades representativas do Executivo.

GOVERNO Ancora fiscal em análise

Ministros da área econômica apresentam ao presidente Lula proposta de nova regra para as contas públicas. A nova regra será votada na próxima semana, em meio à expectativa do



Ministros da área econômica apresentam ao presidente Lula a proposta de nova regra para as contas públicas. A nova regra será votada na próxima semana, em meio à expectativa do

PIB mais baixo em 2023

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Economia **Página:** 7 e 8